

Requerimento nº 111, de 2015 - CN

Recebi
Em 4/11/15 18h50
Marcos Aurélio Pereira
Matr. 226443

DESTAQUE Nº /2015

(Do Senhor IZALCI e outros)

Projeto de Lei nº 01/2015-CN

"No ADENDO 4, apresentado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Projeto de Lei nº 1, de 2015/CN – PLDO), suprimir os incisos XIV, XV e XVI do art. 17, além dos parágrafos 6º a 9º do mesmo artigo.

JUSTIFICATIVA

O Excelentíssimo Senhor Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016, Deputado Ricardo Teobaldo, apresentou alterações ao Projeto de Lei nº 1, de 2015/CN – PLDO, constantes do ADENDO n. 4, adendo esse que foi aprovado na Comissão Mista de Orçamento (CMO), apesar das inconstitucionalidades de que se reveste.

Verifica-se no artigo 17 do referido Adendo 4, incisos XIV, XV e XVI, além dos parágrafos 6º a 9º, um evidente conflito com o artigo 99 da Constituição Federal e § 2º do art. 127 da Carta Magna, de modo a violar a autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Essas incompatibilidades já seriam suficientes para excluir do Adendo 4 as referidas normas, já que não se pode atingir a independência administrativa de outro Poder, fixando, por exemplo, o valor das diárias e padrão de assentos para viagens de seus Membros, matérias típicas da gestão e autonomia administrativa do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

Além do mais, esse excessivo detalhamento, invasivo da autonomia de outros Poderes, não se encaixa no modelo dos §§ 2º e 8º do art. 165 da Constituição Federal, que estabelecem: "§ 2º. A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento." A norma supra não pode ser lida de forma isolada e obrigatoriamente conecta-se com o disposto no § 8º do art. 165 da Constituição Federal, que assim dispõe: "lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa".

É importante também destacar quanto o § 9º do art. 17 do Adendo 4, destinado a regular o pagamento do auxílio moradia "a qualquer agente público, servidor ou membro dos Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União" que sobre esse tema não só o direito está previsto em Leis Complementares que dispõem sobre o estatutos da magistratura e Ministério Público (LC 35 e LC 75, respectivamente), como também foi objeto de ações judiciais no Supremo Tribunal Federal (AO n. 1773, de 2014 a principal delas), nas quais há deferimento do auxílio moradia aos magistrados brasileiros, depois disciplinado por Atos do CNJ e CNMP, de modo que a norma, constante do anexo, atuaria contra o texto de leis complementares, mas também antagonizando-se com decisão do Supremo Tribunal Federal, o que parece completamente impróprio.

Do mesmo modo quanto a outros assuntos (diárias e limitações de passagens aéreas de membros do Poder Judiciário), tais matérias são de evidente perfil *interna corporis* e que não podem ser objeto detalhamento em estatutos como a LDO e LOA, ao ponto de vincular a

administração de Poderes independentes e harmônicos.

Com tais considerações, ratifico a proposta de excluir do texto as referidas impropriedades, isto é, incisos XIV, XV e XVI do art. 17, além de seus parágrafos 6º a 9º.

Deputado IZALCI

APOIAMENTOS :

[Handwritten signatures and names of supporters]

WANDERLEY P. SILVA
Mauri - P. Silva
- DANIEL VILELA - PMDB
- 626
Fernando João
Alexandre Leite
DEM
Parlamento
Vile - L. de
Procurador
Adm. C. de

administração de Poderes independentes e harmônicos.

Com tais considerações, ratifico a proposta de excluir do texto as referidas impropriedades, isto é, incisos XIV, XV e XVI do art. 17, além de seus parágrafos 6º a 9º.

Wiah A.
ALESSANDRI

Deputado IZALCI

APOIAMENTOS :

Sen. Paulo Rocha

Sen. Aides de Menezes

Sen. Aides Oliveira

Sen. Eduardo Amorim

Sen. Rondell

Sen. Romário

Sen. Ciro Nogueira

Sen. Telmório

Sen. Dorci Alencastre

Sen. João Alberto

Sen. Tasso Greissat

Sen. Elmano Férrer

Sen. Elmano Férrer

Sen. Alvaro Dias

Sen. Donizete Nogueira

Sen. Aluísio Nunes F.

Sen. Anastasia

administração de Poderes independentes e harmônicos.


Com tais considerações, ratifico a proposta de excluir do texto as referidas impropriedades, isto é, incisos XIV, XV e XVI do art. 17, além de seus parágrafos 6º a 9º.


Deputado IZALCI

APOIAMENTOS :


Diego GARCIA
PDS/PR 745

Rui Mauro PSDB/SP 521 Bruno Correa
PR/MS 636 Luis Carlos Correa
João Rodrigues > 50 }

Jesus Sales Joseica Sales
 Roberto Alves


Caio Porcio

administração de Poderes independentes e harmônicos.

Com tais considerações, ratifico a proposta de excluir do texto as referidas impropriedades, isto é, incisos XIV, XV e XVI do art. 17, além de seus parágrafos 6º a 9º.

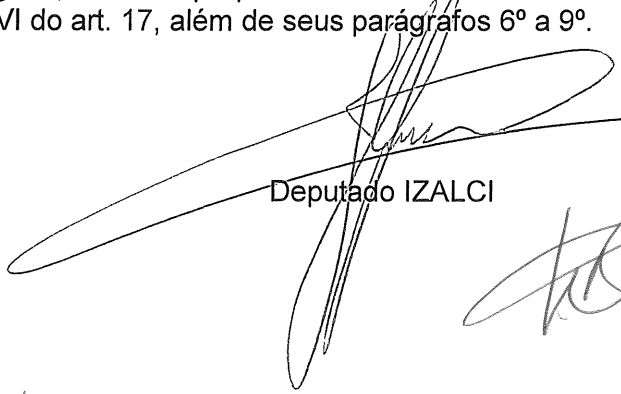
Deputado IZALCI

APOIAMENTOS :

Milton Monti
Lucio Vieira
Monel Junior
Santos CARLEANTO
Nilson Leite
Fernando Jodan
Ademir
Ademir Corilo
Fábio Souza
Gloria
Rogério Rosa
Ronaldo Martins
Roberto Brito

administração de Poderes independentes e harmônicos.

Com tais considerações, ratifico a proposta de excluir do texto as referidas impropriedades, isto é, incisos XIV, XV e XVI do art. 17, além de seus parágrafos 6º a 9º.



Deputado IZALCI

APOIAMENTOS :


Pedro C. Lima

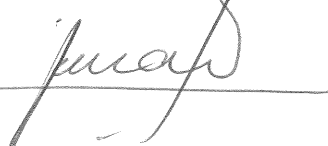

Pedro Cunha Lima


FELIX MENDONÇA JR


Julio Delgado
Mário Morinho



Honatan Jesus

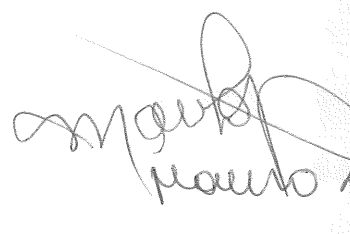

Raul Jungmann


Juracy

586 Del. Eder Mauro


Rubens Pereira Jr.

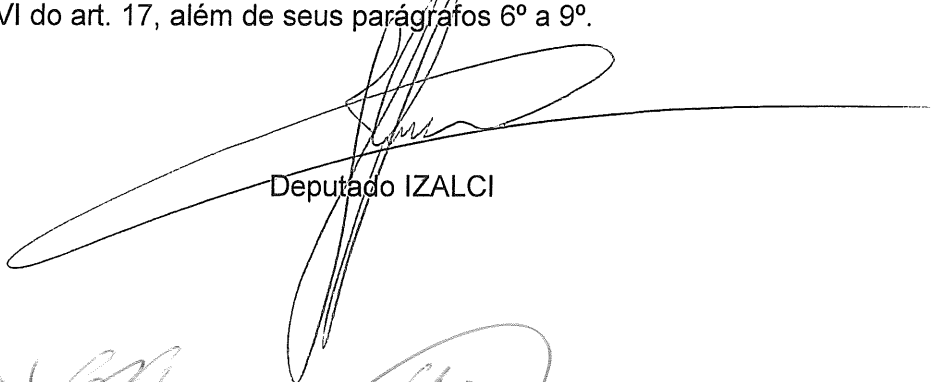

Betinho Gomes


844
Mauro Lopes


Pedro Vilela


administração de Poderes independentes e harmônicos.


Com tais considerações, ratifico a proposta de excluir do texto as referidas impropriedades, isto é, incisos XIV, XV e XVI do art. 17, além de seus parágrafos 6º a 9º.


Deputado IZALCI

APOIAMENTOS :


H. DEMY

C. Baldaner

B. G.


Marco Tebaldi
Cesio Maldaner

Recha

Silas Brasilino

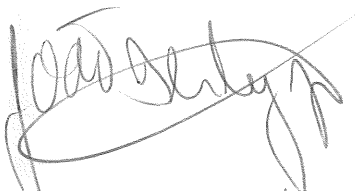
João Bengtson


Goulart

Bilac Pinto

Lincoln Portale

Antônio Bulhões


João Serly
Sampaio Lindberg
Alberto Froga
















João Serly


administração de Poderes independentes e harmônicos.

Com tais considerações, ratifico a proposta de excluir do texto as referidas impropriedades, isto é, incisos XIV, XV e XVI do art. 17, além de seus parágrafos 6º a 9º.

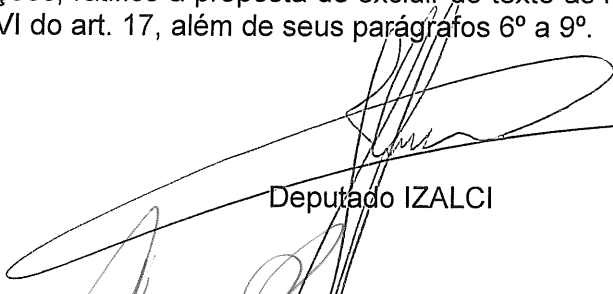

Deputado IZALCI

APOIAMENTOS :

PEDRO CHAVEZ	PMDB-MS	406	
Rodolfo Martins	PSB RJ	558	
Francisco Floriano	PR RJ	719	
Paulo Frire	PR SP	416	
Major Olimpio	PR SP	279	
Carlos Mello	DEM MG	943	
Alton Fruto	PR MG	204	
Willington Roberto	PR PB	514	
João Marcelo	PMDB MA	639	
Luiz Nishimori	PSDB PR	904	
Eli Correa	DEM SP	860	
Marcelo Squozoni	PRB SP	550	
Junior Moreira	PEV MA	537	
Miguel Haddad	PMDB SP		
Laerte Bessa	PR DF	340	

administração de Poderes independentes e harmônicos.

Com tais considerações, ratifico a proposta de excluir do texto as referidas impropriedades, isto é, incisos XIV, XV e XVI do art. 17, além de seus parágrafos 6º a 9º.


Deputado IZALCI

APOIAMENTOS :

 Domingos Souza

 Raimundo G. Mattes

 333 Marco Ratto

 Alex Conzzone

 Chico Lopes

 Ezequiel Fonseca

 Bocalan

 Ricardo Trupelli